



FERREIRA, Francisco Melo. Deambulações geográficas pela literatura de cordel em Portugal. *Revista Épicas*. Ano 8, NE 7, Mai 2024, p. 45-65. ISSN 2527-080-X. DOI: <http://dx.doi.org/10.47044/2527-080X.2024.ne7.4565>

## DEAMBULAÇÕES GEOGRÁFICAS PELA LITERATURA DE CORDEL EM PORTUGAL

### GEOGRAPHICAL WANDERINGS THROUGH CORDEL LITERATURE IN PORTUGAL

Francisco Melo Ferreira<sup>1</sup>

Centro de Línguas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa – CLEPUL

**RESUMO:** A Literatura de Cordel, mais do que um género, é uma forma de circulação entre o povo de vários géneros literários, de tradição oral ou não. Pretende-se fazer uma análise, no caso português, da distribuição geográfica dos locais de edição, das temáticas e das referências à sua circulação. Serão utilizados como exemplo os catálogos do Museu Nacional de Arqueologia e da coleção de Arnaldo Saraiva. Procurarão encontrar-se áreas de ocorrência e eventuais explicações para a distribuição encontrada.

**Palavras-chave:** Literatura de Cordel, catálogos, tipografias, geografia

**ABSTRACT:** Literatura de Cordel (Chapbooks), more than a genre, is a form of circulation among the people of various literary genres, of oral tradition or not. The aim is to analyze, in the Portuguese case, the geographical distribution of publishing locations, themes, and references to its circulation. The catalogs of the National Museum of Archaeology and the collection of Arnaldo Saraiva will be used as examples. We will try to find areas of occurrence and possible explanations for the distribution found.

**Keywords:** Chapbooks, catalogues, typography, geography

*Deambular: Andar sem destino certo. = PASSEAR, VAGUEAR*  
*Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2023;*  
<https://dicionario.priberam.org/deambular>

---

<sup>1</sup> Membro da Linha de Investigação Literatura Tradicional e Tradições Populares Portuguesas "Professor Manuel Viegas Guerreiro", do CLEPUL. Pós-graduado em Ciência Cognitiva pela Universidade de Lisboa (2015), [ferreiraf@edu.ulisboa.pt](mailto:ferreiraf@edu.ulisboa.pt)

Nas palavras de Carlos Nogueira, num estudo que constitui a melhor síntese sobre a literatura de cordel portuguesa no nosso século, “não é fácil definir estes folhetos com rigor, porquanto, pelas formas e pelos conteúdos, divergem muito entre si, quer na evolução diacrónica quer no concreto das sucessivas sincronias socioculturais”<sup>2</sup> (NOGUEIRA, 2012<sup>3</sup>, p. 202).

Segundo Arnaldo Saraiva, a definição deste tipo de publicações não é simples. “Ao contrário do que se suporá, não é fácil saber o que é um folheto. Nem é por acaso que este termo às vezes se cruza ou se confunde com outros, opúsculo, plaquete, livrinho, livreto, separata, folha (solta, volante) e, como ocorria frequentemente no século XVIII, papel” (SARAIVA, 2006, p. 6). Mas, apesar desta diversidade, havia elementos comuns que muitas vezes convergiam.

Expostos em pequenas lojas, escadas e paredes urbanas ou à cintura de cegos, e visando a população em geral (até mesmo a analfabeta), não é difícil prever características quase obrigatórias desses folhetos: pequeno formato, pouco peso ou reduzido número de páginas, título chamativo, capa com gravura ou xilogravura, papel barato, baixo custo tipográfico, língua comum, temas de fácil consumo, personagens logo identificados como heróis e vilões, culto do melodramático ou do crítico e do jocoso, etc. (SARAIVA, 2006, p. 7)

Márcia Abreu considera que a maior dificuldade no estudo da literatura de cordel portuguesa é a sua definição (ABREU, 1999, p. 19). Para além da questão de definir uma produção literária tendo apenas como base elementos exteriores à obra, como os locais, os agentes e formas de venda, as dimensões ou o tipo de papel, a autora acrescenta ainda, a dificuldade em encontrar resposta no género e na forma. “Não há qualquer constância em relação a esses aspectos: a literatura de cordel abarca autos, pequenas novelas, farsas, contos fantásticos, moralizantes, histórias, peças teatrais, hagiografias, sátiras notícias... além de poder ser escrita em prosa, em verso ou sob a forma de peça de teatral” (ABREU, 1999, p. 21). A autora considera que é a questão editorial que acaba por unificar este tipo de textos, utilizando a expressão “fórmula editorial”, concluindo que “permitiu a divulgação de textos de origens e géneros variados para amplos setores da população” (ABREU, 1999, p. 23).

Uma dificuldade adicional é que este tipo de impressos teve um percurso histórico de quatro séculos, com uma evolução complexa, só vindo a desaparecer na década de 80 do século XX.

Autores como Adolfo Coelho cedo consideraram que os livros de cordel se deviam integrar como um dos géneros da “Literatura popular”. No catálogo da *Exposição Etnográfica Portuguesa. Portugal e Ilhas Adjacentes*, uma das categorias que Adolfo Coelho considera é precisamente essa. “Literatura popular:

---

<sup>2</sup> Nas citações, manteve-se a ortografia do original.

<sup>3</sup> Este estudo começou por ter várias edições pela Editora Apenas Livros, com o título *Literatura de cordel portuguesa: história, teoria e interpretação* (NOGUEIRA, 2003) e veio posteriormente a ser publicado, numa edição revista e ampliada, com o título *A Literatura de cordel portuguesa* (NOGUEIRA, 2012), na revista *eHumanista – Journal of Iberian Studies*, da Universidade da Califórnia, Santa Barbara.

poesia lírica e épica, dramática, contos, provérbios, enigmas, literatura de cordel, almanaques e folhinhas populares” (COELHO, 1986, p. 43).

Num estudo intitulado *Dos Livros Populares*, inicialmente apresentado no colóquio *Imprimés de Large Circulation et Littératures de Colportage dans l'Europe des XVI-XIX Siècles* (1991), Diogo Ramada Curto afirma: “Eis uma das maneiras de conceber, no final do século XIX, o território dos objetos orais, manuscritos ou impressos utilizados pelo povo” (RAMADA CURTO, 1992, p. 131).

Tal atribuição, se concebível na geração que tinha iniciado os estudos sobre a identidade cultural do povo português, é atualmente posta em causa por vários autores. Carlos Nogueira sintetiza de forma muito clara as razões para não confundir literatura de cordel e literatura popular.

É indiscutível, de facto, a ocorrência de múltiplos aspectos que apelam à associação “cordel” / “popular:” a forma de comercialização ou exposição; a fragilidade da edição; os destinatários privilegiados (digamos, para já, apesar da ambiguidade do termo, “populares”); [...] Mas não é menos verdade que este é um espaço textual procurado por grupos que extravasam o conceito de povo enquanto grupo que ocupa o lugar da subalternidade no sistema de distribuição social das oportunidades de acesso à cultura, à riqueza material e imaterial e às decisões efectivas; como não é menos verdade que tal área bibliográfica ostenta temas, motivos, formas, linguagens e estilos que pouco ou nada confinam ou têm a ver com o que vulgarmente se entende por “popular” ou “populista,” sobretudo na área descomunal da literatura dramática de cordel.» (NOGUEIRA, 2012, p. 197).

Frequentemente utilizou-se a designação “literatura de cordel”, da mesma forma que o atributo “popular”, para desvalorizar estas produções literárias em relação à “Literatura Erudita”. “Utiliza-se muitas vezes o sintagma ‘literatura de cordel’ em sentido depreciativo, aplicado a textos conjecturadamente sem qualidade literária” (NOGUEIRA, 2012, p. 196). Manuel Viegas Guerreiro refuta, de forma muito veemente, esta desvalorização do popular:

E, para distinguir o letrado do iletrado, do primeiro se diz que é culto e do segundo inculto. Iguale-se cultura a saber escolar, como se na prática quotidiana o homem comum se não instruisse, como se seu saber fosse qualitativamente diferente do outro. Não há gente culta e gente inculta. A cultura é só uma, tudo o que aprendemos do nascer ao morrer, de nossa invenção ou alheia, sentados nos bancos da escola ou da vida. Não há uma alta cultura e uma baixa cultura, uma cultura superior e outra inferior ou popular, mas só cultura. Acabemos de vez com essa absurda e injusta discriminação. (GUERREIRO, 1978, p. 24).

Esta desvalorização conduziu muitas vezes a colocar de lado, a marginalizar, esta literatura. Autores como Arnaldo Saraiva, renovaram o olhar sobre a literatura de cordel, o seu interesse literário, mas também etnográfico e simbólico.

O meu interesse pelos folhetos veio do meu gosto pela literatura, que ao contrário do gosto que geralmente estimulam as escolas ou as instituições cultas, ao contrário do comum gosto de académicos ou letrados, nunca desvalorizou os modelos da chamada “literatura oral”; [...] Mas cedo me dei conta de que até em folhetos bem pobres de literatura podia encontrar matéria de

interesse - histórico, social, etnográfico, religioso, linguístico, humorístico, etc. (SARAIVA, 2006, p. 7)

A estes interesses proponho-me adicionar o interesse geográfico. Um estudo de Geografia obriga a encontrar informação com base geográfica ou geolocalizada. O caminho não é fácil, daí a escolha do verbo deambular no título desta comunicação. Na verdade, não poderemos encontrar uma via única para seguir, mas procurar abordagens aproximativas do que podemos designar por “geografias” da Literatura de Cordel em Portugal.

Começemos por procurar referências em obras sobre o tema. Carlos Nogueira, no ensaio já citado, afirma, “No que respeita à **propagação geográfica**, perante a escassez de materiais, não são menores as dificuldades colocadas à averiguação dos impressos de grande difusão, na prática dos seus espaços privilegiados de circulação urbana ou rural” (NOGUEIRA, 2012, p. 213, grifo meu).

Num estudo centrado sobre um tipo específico de publicações, os Almanques, mas em que aborda também publicações de cordel, Maria Carlos Radich refere: “E, no entanto, com base noutras indicações obtidas da ficção, ou do ensaio, referidas a tempos diferentes, ou mesmo não balizando com precisão o tempo a que se referem, pode observar-se o imiscuir do almanaque em zonas geográficas e sociais diversas” (RADICH, 1994, p. 25)

Por seu lado, Diogo Ramada Curto levanta importantes questões sobre as perspetivas através das quais podemos analisar as “geografias” destas publicações. Analisando o estudo de Teófilo Braga sobre *Os Livros Populares Portugueses - Folhas Volantes e Literatura de Cordel*, Ramada Curto afirma: “esta referência a agentes é também vista em função dos locais de venda e dos espaços públicos que se relacionam com os impressos: à escala da cidade, nas feiras ou nos locais e momentos de romarias” (RAMADA CURTO, 1992, p. 132). Referindo-se ainda aos agentes envolvidos na produção e distribuição destes impressos, o mesmo autor salienta:

será necessário concentrar a atenção em dois aspectos fundamentais do trabalho dos referidos agentes, a saber, as suas relações e a sua geografia. [...] Quanto à geografia, interessará ultrapassar as restrições daquele autor quantos aos locais de circulação dos impressos de maior difusão e tentar pensá-los num quadro mais amplos que integre outras escalas ou hierarquias. (RAMADA CURTO, 1992, p. 136).

Para caraterizar melhor as geografias dos livros de cordel tentaremos seguir as várias etapas da sua produção e os agentes nelas envolvidos, averiguando para cada uma qual a informação geográfica disponível.

## **Impressão**

Num artigo sobre os tipógrafos e a contratação coletiva, José Barreto analisa a evolução da atividade tipográfica em Portugal. Após uma primeira fase de arranque industrial, “No conjunto do País (continente e Ilhas) contavam-se nesse ano (1863) 133 tipografias, nas quais se imprimiram 525 obras (livros e folhetos), 202 publicações periódicas, etc.” (BARRETO, 1981, p. 254). O mesmo autor carateriza duma forma curiosa os donos das tipografias, agentes fundamentais no processo, que se distinguiam dos livreiros que, na altura, se

ocupavam da encadernação para além do comércio dos livros. A tipografia e impressão foi dos primeiros setores operários a organizar-se em associações de classe e a organizar contratos coletivos de trabalho, que permitiam regular minimamente as condições de trabalho. Era também um dos setores, naturalmente, mais alfabetizado e que mais cedo iniciou movimentos de greve para garantir melhores salários e condições de trabalho. No entanto, as condições de exploração eram significativas, como se exemplifica na citação abaixo:

Em meados do século XIX (e ainda mais tarde) entravam nas tipografias e em outras oficinas crianças de 8, 9 e 10 anos de idade (Ecco dos Operários, n.º 27, de 2 de Novembro de 1850). Em 1898, um tipógrafo contava ter iniciado a sua aprendizagem já um pouco “taludo”, isto é, com 13 anos de idade... (A Arte Tipográfica, n.º 4, jun. 1898, *apud* BARRETO 1981, p. 260).

A impressão de livros de cordel e de outro tipo de “folhinhas” ocupava uma parte importante das atividades do setor, desde o século XVIII. E não eram apenas pequenos negócios que estavam envolvidos. Carlos Nogueira cita Albino Forjaz de Sampaio que refere, a propósito desta questão:

Não se pense que por ser literatura barata só impressores ou oficinas sem pergaminhos rolavam tinta sobre o seu papel ordinário que depois devia ser traduzido em sólidos patacos. Não. Imprimia-as Antônio Rodrigues Galhardo, e esse dizia-se “Impressor do Eminentíssimo Senhor Cardeal Patriarca e da Real Mesa Censória;” imprimia-as Pedro Ferreira, e esse orgulhava-se de ser o “Impressor da Augustíssima Rainha N. S.” (*apud* NOGUEIRA, 2012, p. 204)

Num artigo sobre um importante editor de Valencia no final do século XVIII, o historiador Juan Gomis Coloma, reconhece haver em Espanha poucos estudos sobre as oficinas dedicadas a este tipo de edições, apesar de serem fundamentais para compreender como chegavam “às mãos e ouvidos dos seus leitores”. Analisando o que considera ser um empório editorial do editor Agustín Laborda, o autor explica a importância e a rentabilidade dos “papeis miúdos”:

*En efecto, entre 1748 y 1758 se aprecia en la producción fechada de Laborda un progresivo aumento de la literatura de cordel, cuyo peso en el conjunto impreso adquiere un predominio absoluto en el último de estos años. Al igual que su taller, heredó esta orientación editorial de su cuñado Cosme, que le daría a conocer la rentabilidad de los papeles menudos, basada en su producción rápida y barata y en su venta masiva.* (COLOMA, 2015, p. 247)

Em Portugal a situação não seria muito diferente. Referindo-se não propriamente a livros de cordel, mas a outros impressos de grande circulação, Maria Carlos Radich, cita *O Summario de varia historia ...* (1872), em que J. Ribeiro Guimarães mostra como o negócio deste tipo de impressos se estendia diferentes partes do Império: “O negócio das Folhas do Anno, ou Folhinhas e dos Prognósticos, era grande, deixava bem bons lucros [...]. Para as conquistas iam 6150 exemplares das de algibeira e 7350 das de porta. Estas vendiam-se a 80 réis em Pernambuco.” (GUIMARÃES, 1872, p. 196 *apud* RADICH, 1993, p. 14).

Também Júlio Dantas refere que os mercadores de livros não desdenhavam o negócio:

Mesmo os bons mercadores de livros, como João Baptista Fava. que «vendia breviários, horas, diurnos e ripanços de Antuérpia e de Veneza», não desdenhavam da literatura de cordel. tendo sido alguns deles os editores da Princesa Magalona, do Valdevinos, da Imperatriz Porcina, e daquela Relação de uma mulher que na Holanda deu à luz quatro filhos de um só parto, fonte inesgotável de riso para o mulhiero da Alfama, do Mocambo e da Madragoa (DANTAS, 1966, p. 106).

Antes de partir para a análise da distribuição geográfica é importante traçarmos um quadro geral do contexto em que a atividade se integrava.

No século XVIII, através da conjugação de vários factores –a proliferação de tipografias, numa altura em que mesmo as tipografias reais produziam obras “de cordel;” o fortalecimento e a diversificação do conjunto de leitores, que deixa de se resumir a clérigos e a letrados; as várias alterações nos hábitos de trabalho e de convivialidade; ou os novos interesses culturais, bem reflectidos no surgimento, em novembro de 1641, do primeiro jornal português, a Gazeta em que se relatam as novas todas que houve na corte e que vieram de várias partes–, esta surpreendente empresa editorial torna-se mais massiva, desenvolve-se e diversifica-se. (NOGUEIRA, 2012, p. 203).

O mesmo autor afirma que, “Com o desenvolvimento da imprensa surge, pois, um novo território cultural, que, paralelamente à literatura oficial e à literatura de transmissão oral, se vai assumir como um terceiro vector até muito perto do século XXI, no caso português” (NOGUEIRA, 2012, p. 201-202).

Só a partir das últimas décadas do século XIX passou a haver informação estatística sobre o número e a distribuição geográfica das tipografias em Portugal. Segundo José Barreto,

dispõe-se agora de uma melhor base estatística para acompanhar a evolução da indústria tipográfica, sua localização, efectivos operários, equipamento, condições de trabalho, etc. Os dados disponíveis, devidos essencialmente aos inquéritos industriais de 1881 e 1890, são, no entanto, ainda bastante deficientes» (BARRETO 1981, p. 270).

Com base nos dados do Inquérito Industrial de 1890 elaborámos o mapa da Figura 1 que representa a localização das tipografias em Portugal Continental. Podemos observar uma clara concentração nas cidades de Lisboa e do Porto, onde se localizava cerca de um terço do total das tipografias. Apesar de alguma dispersão pelo território, verificavam-se grandes vazios no Alentejo e no nordeste Transmontano. Os dados revelam que nos Açores havia 6 tipografias em Ponta Delgada e 6 em Angra do Heroísmo, enquanto na Madeira havia apenas 2.

O número de tipografias no Porto (31) era superior ao de Lisboa (25) mas, quando comparado o número de trabalhadores (Porto, 355; Lisboa, 702), percebemos que as tipografias de Lisboa tinham uma dimensão superior, havendo mesmo duas com mais de 100 trabalhadores.

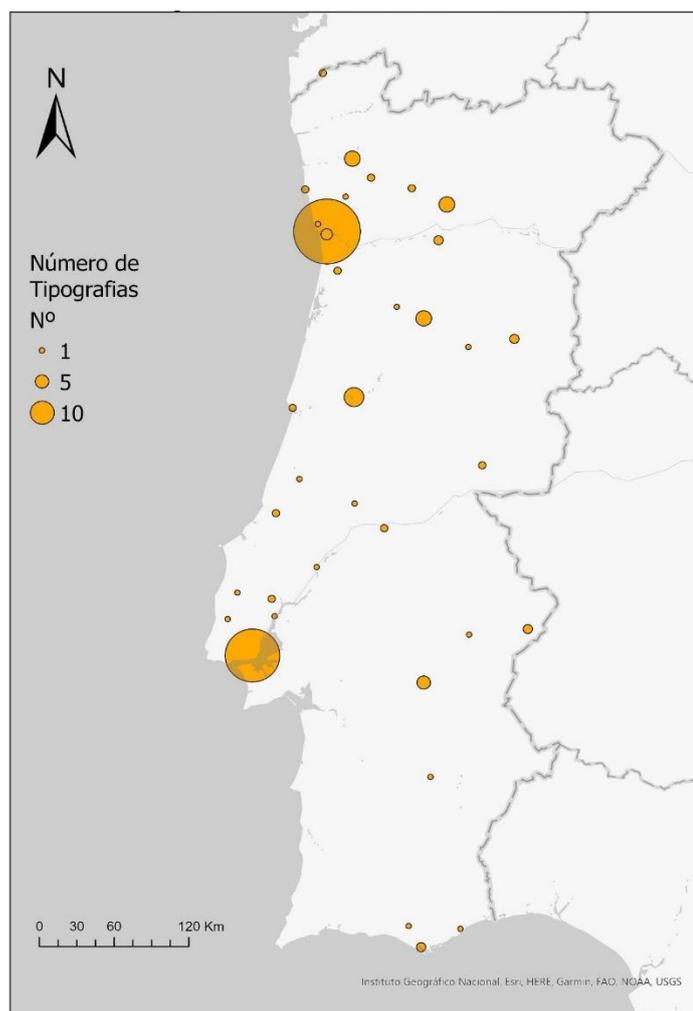


Figura 1 – Localização de tipografias em Portugal Continental em 1890.<sup>4</sup>

Procuraremos agora comparar a distribuição das tipografias no final do século XIX com os locais de impressão indicados nos folhetos de cordel. Para o efeito iremos utilizar dois importantes catálogos que reúnem este tipo de publicação. O primeiro, publicado por Arnaldo Saraiva em 2006, com o título *Folhetos de Cordel e outros da minha colecção*, inclui referências a 499 folhetos de cordel e 58 folhetos volantes, datados entre 1602 e 1982, e é, segundo Carlos Nogueira, em espécies textuais, o mais rico dos catálogos portugueses. (NOGUEIRA, 2012, p. 200).

<sup>4</sup> Fonte: Inquérito Industrial de 1890. Mapa do autor.

Arnaldo Saraiva  
**Folhetos  
de Cordel**  
e outros da minha colecção

CATÁLOGO



PORTO • BIBLIOTECA MUNICIPAL ALMEIDA GARRETT • 2006

Figura 2- Capa do catálogo de Arnaldo Saraiva<sup>5</sup>

O segundo é o *Catálogo de Literatura de Cordel da Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia* e reúne 946 folhetos, na sua maior parte da coleção de José Leite de Vasconcellos.



Figura 3 - Página de consulta do Catálogo de Literatura de Cordel da Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, de Lisboa<sup>6</sup>

Ambos os catálogos têm folhetos publicados em períodos bastante longos e com um número elevado de locais de edição, incluindo cidades no Brasil, por exemplo Rio de Janeiro e São Paulo, e em cidades europeias, em Espanha, França, Itália, entre outros países.

A distribuição dos locais de edição de ambos os catálogos mostra com um claro predomínio das edições feitas em Lisboa (228 no Catálogo Saraiva e 617 no do Museu de Arqueologia) e no Porto (222 no Catálogo Saraiva e 98 no do Museu de Arqueologia) e, muito depois, em Coimbra, mas com uma maior concentração em Lisboa no caso do Catálogo do Museu de Arqueologia, como se pode observar nos mapas das figuras 4 e 5.

<sup>5</sup> SARAIVA, 2006.

<sup>6</sup> *Catálogo de Literatura de Cordel da Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia*, disponível online no endereço [http://bibliotecas.patrimoniocultural.pt/Opac/Pages/Search/Results.aspx?SearchText=Cordel&Operator=AND&Profile=Default&taBase=10171\\_BMNARQ\\_LIT](http://bibliotecas.patrimoniocultural.pt/Opac/Pages/Search/Results.aspx?SearchText=Cordel&Operator=AND&Profile=Default&taBase=10171_BMNARQ_LIT)

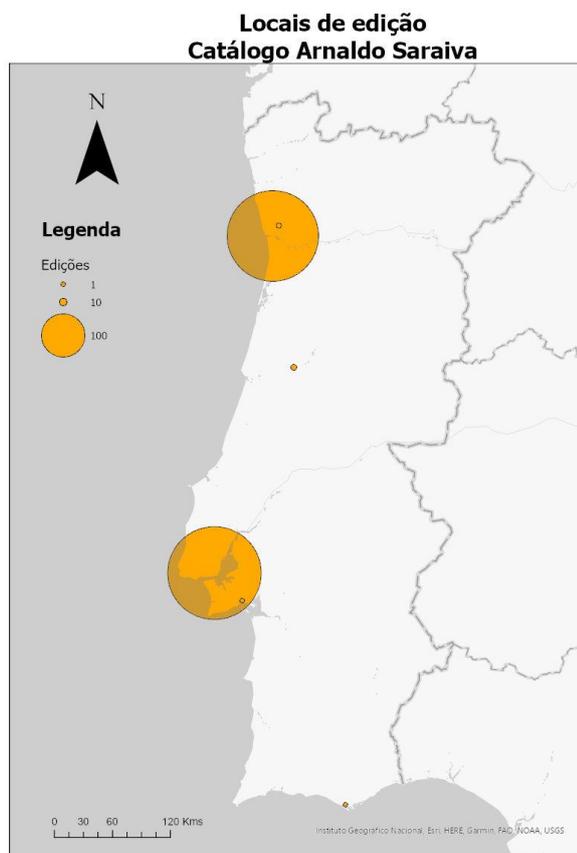


Figura 4 – Locais de edição do Catálogo Arnaldo Saraiva

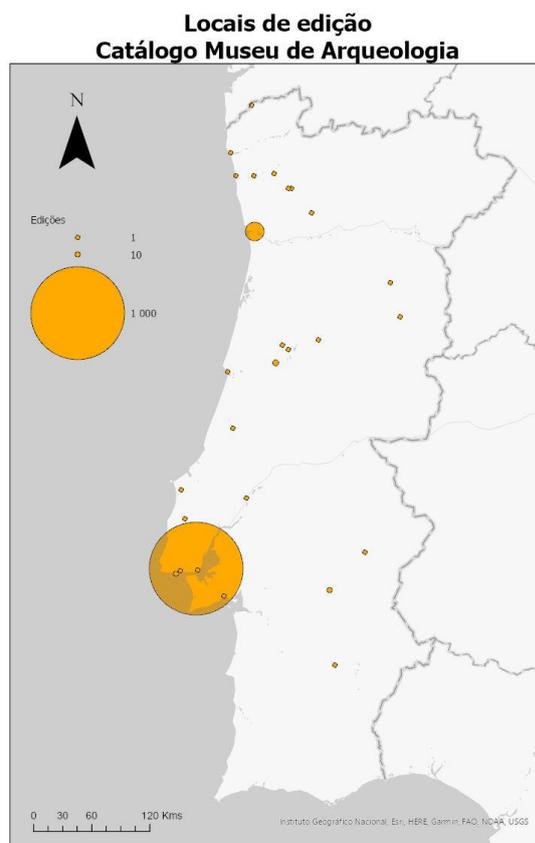


Figura 5- Locais de edição do Catálogo do Museu de Arqueologia, de Lisboa <sup>7</sup>

Apesar das diferenças nos locais de edição dos folhetos dos dois catálogos, há uma clara correspondência com a distribuição das tipografias que se encontra no mapa da figura 1.

### A difusão e a circulação

Segundo Carlos Nogueira, desde o século de XVI, com autores da chamada “escola vicentina”, muito em particular Baltasar Dias, “a literatura de cordel portuguesa se estrutura como área editorial complexa e culturalmente difusa” (NOGUEIRA, 2012, p. 205). Este autor, natural da ilha da Madeira e cego, era “muito lido e apreciado ainda no século XX” (NOGUEIRA, 2012, p. 206). É a partir de autores como Dias que as obras dramáticas chegam a públicos populares. Uma das razões deste sucesso deve-se, segundo Nogueira, à “pluralidade da recepção deste tipo de literatura, acessível aos inúmeros analfabetos por via não só do processo de retextualização, isto é, da concretização do texto dramático em texto teatral ou texto espectacular, mas também, como já dissemos, pela leitura em voz alta feita por indivíduos alfabetizados” (NOGUEIRA, 2012, p. 207).

<sup>7</sup> Mapas do autor

Sobre a iliteracia no Portugal do século XVIII, refere Júlio Dantas, num capítulo sobre Literatura de Cordel do livro *Lisboa dos nossos avós*.

Lia os folhetos, bem entendido, quem sabia ler. Mas pouca gente gozava, então desse benefício. Lisboa era candidamente, devotadamente iletrada. Filhos e filhas de famílias nobres ignoravam a leitura e a escrita por preconceito aristocrático; tomou-se vulgar, mesmo já no tempo do Marquês de Pombal, a declaração tabelioa de que o testador ou o outorgante «por serem fidalgos não sabiam escrever. (DANTAS, 1966, p. 108)

O número de alfabetizados na população total cresceu muito a partir do século XIX. Mas, segundo o Recenseamento de 1890, em Portugal a taxa de analfabetismo da população com 10 e mais anos era ainda no total da população de 76,3 %, que nas mulheres se elevava a 83,9 %.

Como se pode observar no gráfico da Figura 6, a distribuição regional mostra diferenças assinaláveis, com distritos, como Castelo Branco, em que o analfabetismo ultrapassava os 85 % e, no caso das mulheres, os 90 %. Pelo contrário em Lisboa era inferior a 60 % nos homens e mulheres e, no Porto, era inferior a 60% no caso dos homens, mas de 79% no caso das mulheres. A taxa de analfabetismo na população feminina ultrapassava os 90 % em vários distritos do interior, mas, também do litoral.

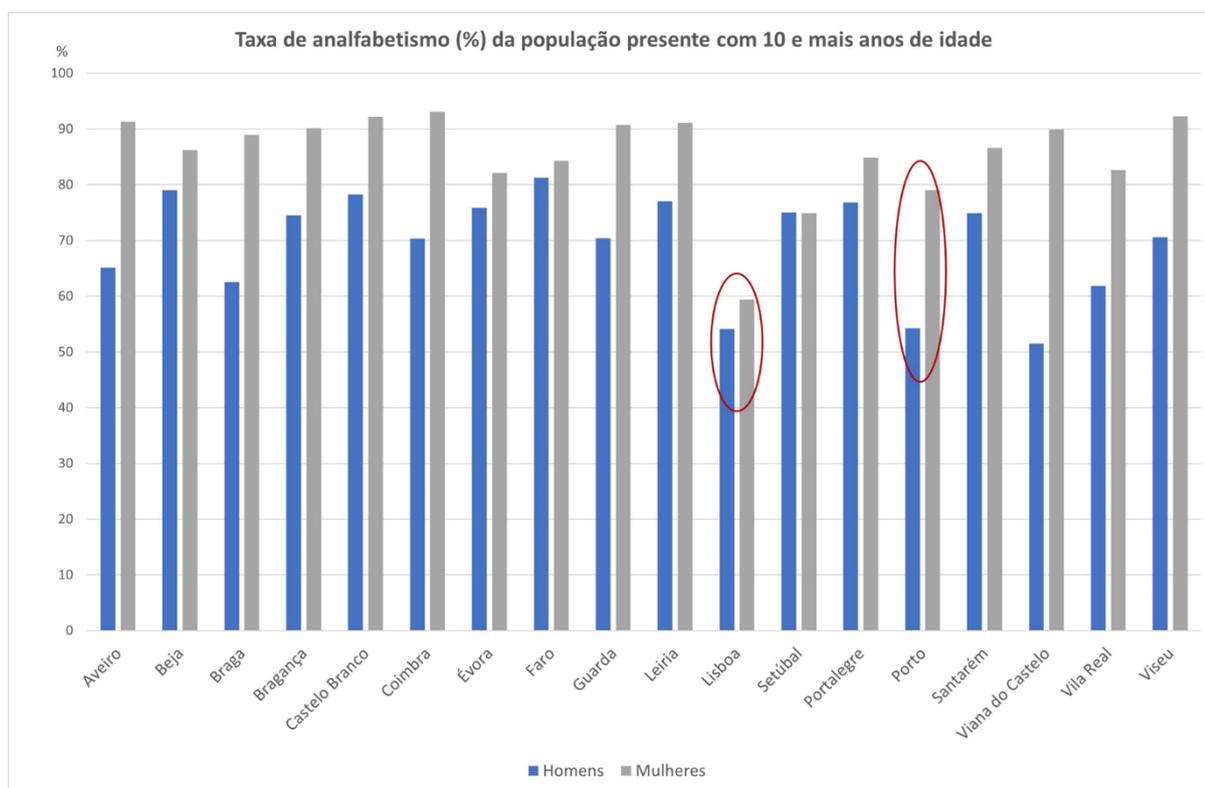


Figura 6 - Taxa de analfabetismo da população com mais de 10 anos (1890)<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Fonte dos dados: INE, Recenseamento da população e habitação - séries históricas. Gráfico do autor.

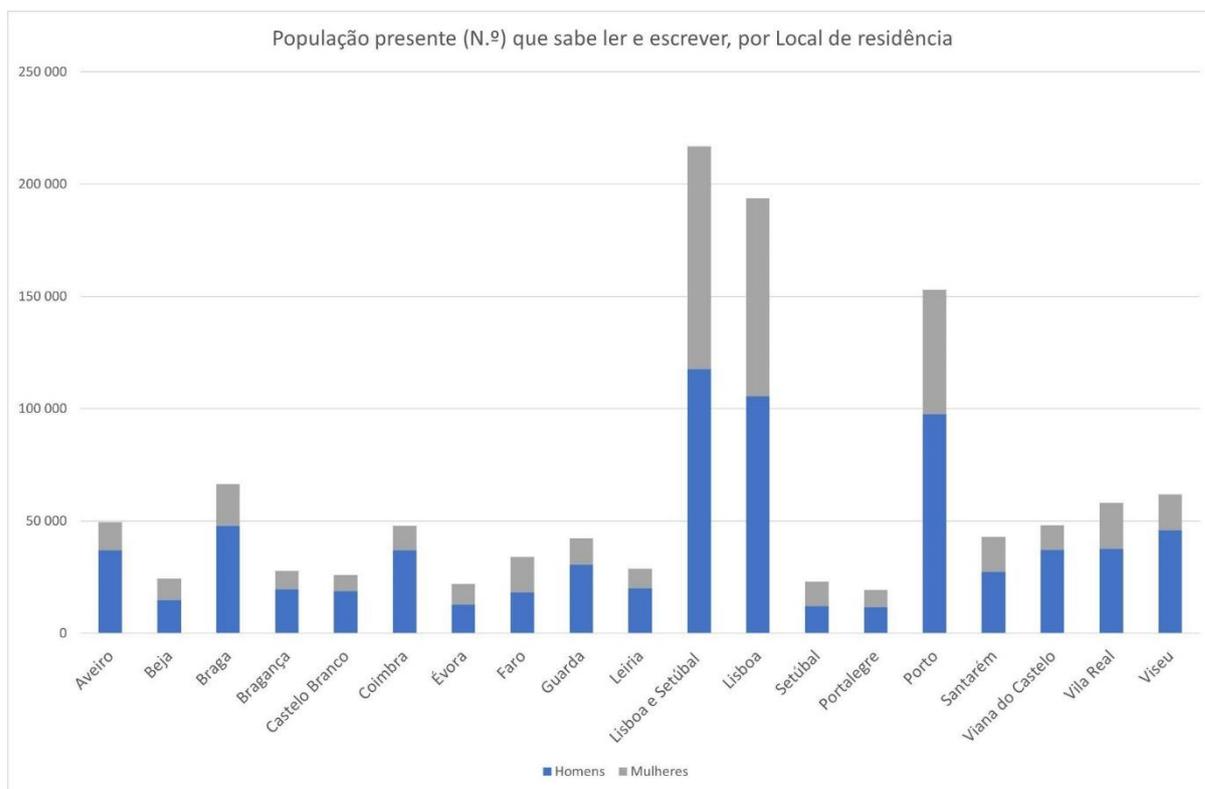


Figura 7- População que sabe ler e escrever (1890)<sup>9</sup>

Após a impressão como chegavam os folhetos de cordel a quem os lia ou ouvia? Uma das questões fundamentais era a de como estes textos chegavam a um público iletrado.

Radich refere o costume de audição coletiva, particularmente ao serão, como uma outra forma de relação popular com o texto impresso, que permitiria ultrapassar as elevadas taxas de analfabetismo.

Basta, neste caso, que um dos participantes saiba ler. Ainda para o caso da França de Antigo Regime e referindo-se à leitura popular, mesmo nas pequenas aldeias, Robert Mandrou considera possível que algum padre ou soldado possa empreender essa leitura, ao serão, baseando-se também no facto de muitos livrinhos populares iniciarem o texto com as palavras: “Como vão ouvir...”, sugerindo que seriam lidos em voz alta. (RADICH, 14, p. 24)

Em Portugal passava-se algo semelhante. Radich cita Júlio Dantas, que afirma, referindo-se ao Portugal setecentista: “Mas o povo de Lisboa, que não sabia ler, gostava ao menos de ouvir. Havia determinados pontos da cidade onde se reuniam à tarde homens e mulheres, para ouvir contar histórias e escutar a leitura compassada dos folhetos de cordel” (*apud* RADICH, 1992, p. 24). Ligando a venda dos folhetos por cegos com a leitura coletiva, podemos de novo ouvir Júlio Dantas, “os cegos corriam meia Lisboa, apregoando as novidades da literatura de cordel, delícia dos lares e dos soalheiros, dos poiais de pedra e dos adros conversadores” (*apud* RADICH, 1992, p. 24).

<sup>9</sup> Fonte dos dados: INE, Recenseamento da população e habitação - séries históricas. Gráfico do autor. Lisboa e Setúbal (distrito de Lisboa até 21/12/1926).

E podemos, naturalmente, relacionar a audição com a memória oral. Júlio Dantas, citando Manuel de Figueiredo, o mais prolixo autor teatral português do século XVIII, destaca a afirmação,

«Que satisfação não tinha o vulgo quando ouvia os cegos apregoar em altas vozes os autos de Maria Parda, as obras de Clara Lopes, cristaleira de Coimbra, e o Testamento da Velha, ainda antes da Serração! Só de ouvir o pregão se riam e achavam muita graça; pois a maior parte da gente sabia de cor as melhores passagens, e estavam esperando por elas.» (FIGUEIREDO, 1815, p.290).

Arnaldo Saraiva lembra que “os textos de muitos folhetos, a começar pelos teatrais, não só prezam os registos que lembram a oralidade, como foram, ou são ainda, lidos em voz alta, recitados, cantados” (SARAIVA, 2006, p. 7).

Também Carlos Nogueira se refere a esta mudança da audição à transmissão, “Em todo este universo, aqueles que sabiam ler podiam transmitir o conteúdo dos impressos aos numerosos analfabetos, muitos dos quais se tornavam depois transmissores desse património interiorizado, por via da oralidade” (NOGUEIRA, 2012, p. 208).

Referindo-se ao final da década de 20 do século XX, o etnógrafo Manuel Viegas Guerreiro descrevia assim, no seu livro *Para a História da Literatura Popular Portuguesa*, a experiência na sua aldeia natal da Beira-serra algarvia, Querença.

Eu lia, em rapaz, a camponeses da minha terra, romances de Júlio Dinis e de Camilo. E era vê-los participar na acção, falucando, perguntando, comentando. Guardo muito viva a lembrança da leitura do Amor de Perdição. Era uma comoção que não se continha. O meu padrinho Martins Farias, poeta afamado do lugar, sempre pronto a chalacear com o que havia de irreal nas situações, exclamava com os olhos afogados em lágrimas: - Isso agora é verdade! Isso é verdade!. (GUERREIRO, 1978, p. 15)

Durante muito tempo a tese dominante sobre a distribuição dos livros de cordel, sobretudo nas cidades de Lisboa e do Porto, foi a expressa por Teófilo Braga no já referido estudo *Os livros populares portugueses (folhas volantes ou literatura de cordel)*. Teófilo refere a “criação da Confraria do Menino Jesus, por onde se reservou o privilegio exclusivo da venda dos folhetos aos cegos” (BRAGA, 1881, p. 5). Ligando a venda com a transmissão oral, o autor refere igualmente que “No tempo de Filinto Elyσιο, especialmente na sua infancia, pagava-se doze vintens aos cegos para **recitarem** os versos da paixão” (BRAGA, 1881, p. 5, grifo meu).

Maria Carlos Radich cita o *Summario de varia historia...*, de J. Ribeiro Guimarães, em que este afirma:

Antigamente eram os cegos os privilegiados vendedores de toda a papelada noticiosa. Havia uma irmandade exclusivamente composta de homens cegos, sob a invocação do Menino Jesus [...] a esta irmandade pertencia o exclusivo da 'venda de folhinhas, historias, relações, reportorios, comédias portuguesas e castelhanas, autos e livros usados. (apud RADICH, 1994, p. 18).

São múltiplas as representações de figuras de cegos a vender este tipo de publicações, como se pode ver no exemplo da figura 8, retirado de um livro sobre trajes e personagens portugueses.



Figura 8 - *The blind man*<sup>10</sup>

Neste caso, tratava-se da cidade de Lisboa, no Terreiro do Paço, como se pode perceber pela estátua equestre de D. José, e o autor descreve assim a personagem do cego:

*Quelques-uns de ces pauvres aveugles vont se placer aux portes des églises et des monasteres, ou se poster aux coins des rues, pour y solliciter la charité des passans. D'autres parcourent la ville, conduits par un enfant, ou guidés par un chien intelligent et fidele. Ceux-ci débitent les lois nouvelles, les décrets du prince, les réglemens de police, et vendent au peuple des livres de prieres, des almanachs, des chansons populaires, et des contes facétieux faits pour amuser le vulgaire. (L'ÉVÊQUE, 1814, est. 29).*

Curiosamente, a mesma imagem reproduzida na figura 9 aparece na coleção *Costumes Portugueses* de litografias do artista português João Macphail. Personagens rigorosamente iguais, apenas com a diferença da paisagem de fundo que, neste caso, apresenta uma casa em ruínas.

António Madaíl ajuda-nos a perceber como funcionava o processo de produção de litografias neste período: “apresentam-se também algumas das gravuras estrangeiras que as precederam e que documentam, iniludivelmente, tanto a iniciativa da fixação gráfica de tipos regionais, característicos, como, até, **a constante repetição de assuntos e o manifesto decalque** do respectivo desenho” (MADAÍL, 1968, p. 36, grifos meus).

---

<sup>10</sup> L'ÉVÊQUE, 1814, est. 29.

A litografia da figura 10, *Cego, vendendo folhinhas, reportorios, &tc.*, parece corresponder a este modelo, havendo apenas como que uma inversão na posição dos personagens, que têm no fundo uma paisagem rural.

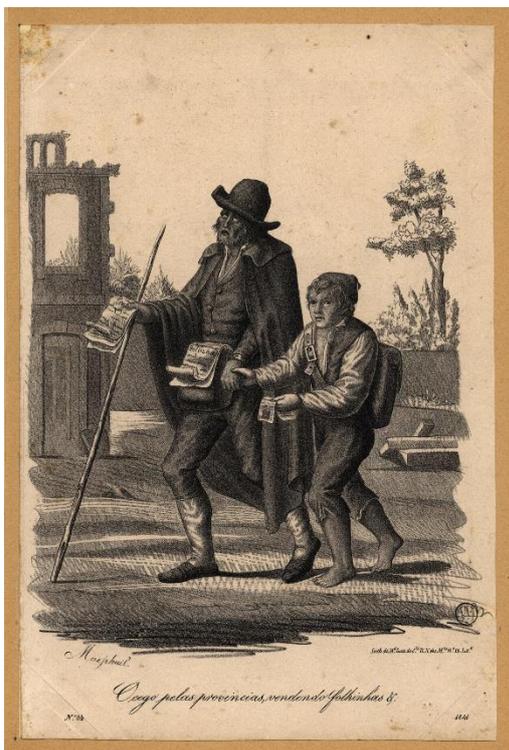


Figura 9 – Cego pelas províncias vendendo folhinhas.<sup>11</sup>



Figura 10 – Cego, vendendo folhinhas, reportorios, &tc.<sup>12</sup>

A ação importante dos cegos que, segundo Nogueira, “podiam concentrar na mesma pessoa três papéis: poeta-produtor, vendedor e narrador-intérprete” (NOGUEIRA, 2012, p. 208), ajuda a perceber o nome de “literatura de cegos”, também atribuído aos livros de cordel.

Baseando-se nos registos judiciais do século XVIII que referem conflitos, já antigos, entre os agentes envolvidos na circulação dos impressos, Diogo Ramada Curto questiona se os cegos seriam os únicos agentes envolvidos sobretudo na distribuição deste tipo de impressos. O autor identifica outros atores, nomeadamente a Corporação dos Livreiros, os vendedores de livros não inscritos na Corporação, os vendedores ambulantes, os cegos não integrados na Irmandade. Ramada Curto refere esta “tradição litigante” que envolve grupos que se degladiam uns aos outros, num mercado muito menos estável do que o que se pensava.

Os livreiros pretendiam excluir os volanteiros do negócio dos livros. [...] Aos cegos concedia-se-lhes o privilégio da venda dos papéis soltos, o que punha o problema «sobre quem há-de fazer a distinção judicial de livros e de papéis». Finalmente, os outros vendedores ambulantes fundavam a sua legitimidade no facto de que a venda de livros ser um ramo do mercado em que eles

<sup>11</sup> MACPHAIL, 1841. <https://purl.pt/29740>

<sup>12</sup> *Costumes Portugueses*, ca. 1833.

poderiam concorrer com os livreiros, pois este ofício tinha apenas como exame o saber encadernar livros. (RAMADA CURTO, 1992, p. 136).

A presença de alguns destes agentes manteve-se nas cidades durante muito tempo, como podemos ver representado na ilustração da figura 11.



Figura 11 - Venda ambulante de livros de cordel em Lisboa.<sup>13</sup>

Referindo-se ao período de final do século XIX, princípio do século XX, António de Sousa Bastos afirma, no livro *Lisboa Velha*.

Lembro-me ainda da literatura de cordel a cargo de uns livreiros ambulantes, que abancavam em diversas ruas e praças, segurando nas paredes com alguns pregos uns compridos cordéis, em que penduravam os folhetos por meio de uma espécie de colchetes de arame ou madeira, ou mesmo com alfinetes. Isto ainda hoje se usa no Porto. Os últimos que existiram em Lisboa eram vistos na Rua do Arsenal e na Rua Augusta, próximo ao arco. (BASTOS, 1947, p. 159)

É em relação à cidade de Lisboa que existe mais informação sobre os locais de venda de livros de cordel:

um inventário dos locais privilegiados dos impressos de grande circulação reencontrará uma das fontes utilizadas por Teófilo Braga. Trata-se de uma citação do Folheto de Ambas Lisboas, publicado em 1730, na qual “o balcão do livreiro de São Domingos, o Adro do Monte, a Ribeira das

---

<sup>13</sup> BASTOS, 1947, p. 159.

Naus, o Cais da Pedra, o Cano Real aos domingos de tarde» definem uma geografia de sociabilidades e de práticas tão diversas como as conversas, os murmúrios, a leitura e a venda de folhinhas”. (RAMADA CURTO, 1992, p. 159)

Sabendo da impossibilidade de definir uma geografia de sociabilidades passadas, tentámos, no entanto, seguir as sugestões de Ramada Curto e elaborámos um mapa com a localização de locais de venda de livros de cordel em Lisboa, tendo como base referências em textos dos séculos XVIII e XIX referidos em RADICH (1994) e RAMADA CURTO (1992).



Figura 12 - Locais de venda de folhetos em Lisboa, referências em textos dos séculos. XVIII e XIX<sup>14</sup>

Como podemos observar, os locais de venda concentram-se junto ao rio e na Baixa de Lisboa, com a exceção da Feira da Ladra, com os dois lugares em que se realizou esta feira de venda ambulante, o Campo de Santana e o Campo de Santa Clara, onde ainda se realiza.

Também aqui há alguma coincidência com a localização das tipografias. Referindo-se à área central da cidade de Lisboa no final o século XIX, Ana Alcântara afirma: “Aqui vivia-se num ambiente povoado por tipografias e oficinas de encadernação – papel e impressão”. (ALCÂNTARA, 2019, p. 44)

### **Chegar a outros espaços**

---

<sup>14</sup> Fonte dos dados: RADICH (1994) e RAMADA CURTO (1992). Mapa do autor, elaborado com a plataforma Lisboa Interativa.

Apesar da importância das cidades de Lisboa e também do Porto em termos de tipografias e locais de edição de livros de cordel, é geralmente reconhecido que este tipo de publicações chegava a muitas regiões do país. Nas palavras de Carlos Nogueira, “Vários testemunhos, escritos e orais, ao longo dos séculos, mas com maior intensidade à medida que os meios de comunicação progridem, comprovam a passagem cíclica destes agentes por locais recônditos e quase inacessíveis” (NOGUEIRA, 2012, p. 214). E noutro passo afirma:

Mesmo admitindo a valoração inequívoca de que beneficiou o espaço lisboeta, por questões óbvias, não é descabido intuir uma maior permeabilidade entre as várias áreas culturais do que a sugerida por Teófilo Braga, numa rede topográfica que ultrapassaria largamente os limites da cidade de Lisboa ou de outros espaços citadinos, os seus bairros, as suas ruas, as suas esquinas, e, mesmo, do próprio país. É nesse sentido, de resto, que apontam as informações veiculadas nos frontispícios dos folhetos, segundo as quais podemos afirmar, por exemplo, que o gosto pelo teatro não era específico de Lisboa, estendendo-se também à província, tanto no plano da produção como no da recepção. (NOGUEIRA, 2012, p. 213-214).

As litografias das figuras 9 e 10 são muitas vezes citadas como exemplo da passagem de cegos vendedores de folhetos de cordel por áreas não urbanas. Mas, no caso da figura 10, como já referimos, trata-se de um desenho decalcado de uma imagem anterior, que se situa no Terreiro do Paço em Lisboa.

Os caminhos que os folhetos percorriam não são certamente conhecidos, mas “As feiras, romagens a santuários ou ermidas e os círios ligam-se também aos impressos de grande circulação” (RAMADA CURTO, 1992, p. 139). O autor chama ainda a atenção para a dificuldade em articular a informação sobre locais de distribuição urbana ou de circulação em feiras, romagens e romarias com a sua articulação com “espaços nacionais, social e culturalmente pouco integrados” (RAMADA CURTO, 1992, p. 139)

A evolução dos meios de transporte, em particular do caminho de ferro, contribuiu decisivamente para a integração do espaço nacional e tornou as regiões do interior muito mais acessíveis.

Na figura 13, vemos a evolução da rede de caminho-de-ferro que revolucionou o transporte para o interior do território, anteriormente só acessível por via fluvial ou por estrada, através de transporte com tração animal, com tempos de deslocação muito longos.

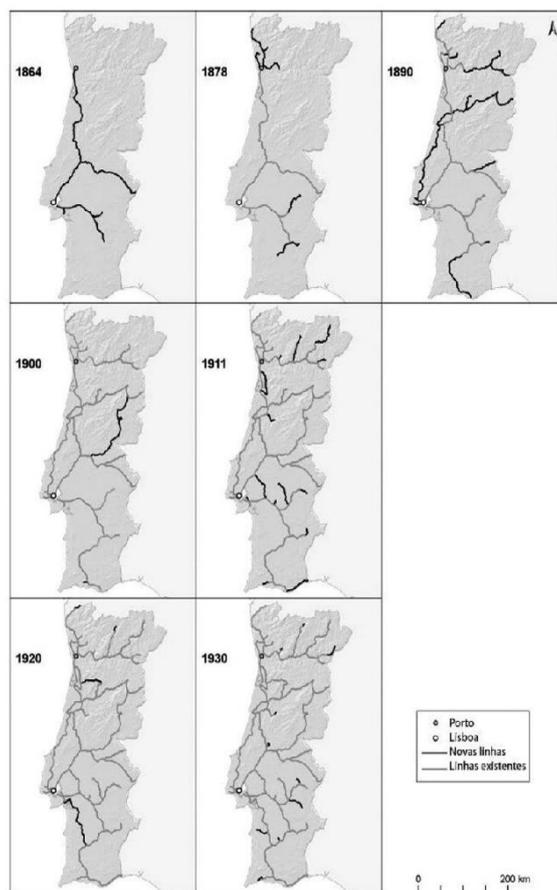


Figura 13 - Evolução da rede ferroviária em Portugal.<sup>15</sup>

Já em pleno século XX, o poeta popular António Aleixo ganhava a vida percorrendo feiras e festividades no Algarve e utilizando certamente a rede ferroviária:

A. Aleixo ganhava a vida percorrendo as feiras e romarias do Algarve, a cantar e a vender folhetos da sua autoria em que glosava os mais diversos casos da vida. A fama de grande poeta repentista e de improvisador imbatível foi crescendo de dia para dia e Aleixo começou a ser convidado para animar festas e banquetes de família nomeadamente casamentos e baptizados. (FERREIRA, 1978, p. 26.)

<sup>15</sup> ESPINHA DA SILVEIRA (2011).

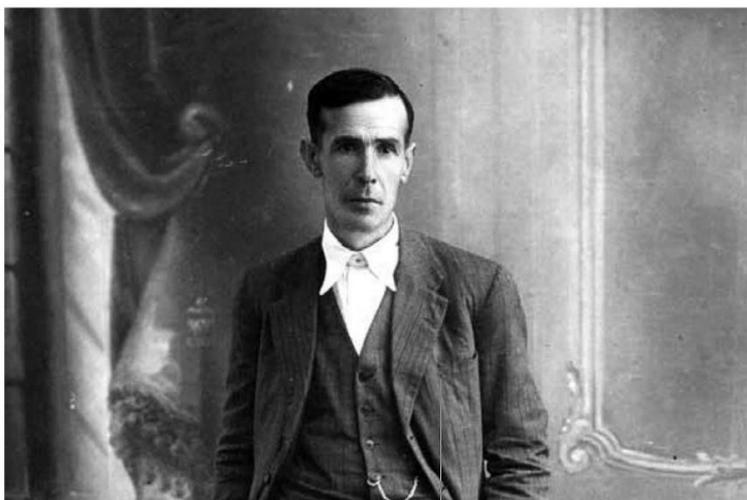


Figura 14 - António Aleixo<sup>16</sup>

## Conclusão

Há ainda muito trabalho a fazer no campo da literatura de cordel em Portugal. Carlos Nogueira deixa algumas pistas sobre os resultados que se poderão obter com o aprofundamento desses trabalhos.

Não obstante os estudos realizados nas últimas décadas (Santos, Menéndez, Lopes, Ferreira), está ainda por fazer uma reflexão de conjunto sobre a literatura de cordel portuguesa, suas modalidades, sua pragmática, seus produtores, seus distribuidores e seus destinatários. Um estudo dessa natureza, fecundado por uma óptica transdisciplinar, traria certamente dados surpreendentes para o esclarecimento de várias zonas sombrias ou intocadas da nossa teoria literária ou textual, bem como do comportamento social e da mentalidade portuguesas. Os resultados permitiriam revelar ideias substancialmente diferentes das que até hoje têm vigorado sobre o assunto. (NOGUEIRA, 2012, p. 217)

Com este estudo pretendemos demonstrar as potencialidades, mas também as dificuldades dum estudo sobre a Geografia de Cordel em Portugal. Se, nas palavras de Carlos Nogueira, “Cada folha, folhinha, folheto ou livrinho de cordel permite, em última instância, descobrir a vivência popular (no seu sentido mais amplo) e o discurso que transporta essa outra visão ou teoria social do mundo” (NOGUEIRA, 2012, p. 218), deveriam também poder ajudar-nos a conhecer as geografias que estas práticas sociais envolviam.

## Referências bibliográficas

ABREU, Márcia. **Histórias de cordéis e folhetos**. Campinas: Mercado de Letras, 1999.

ALCÂNTARA, Ana Ramos. **Espaços da Lisboa Operária**. Trabalho, habitação, associativismo e intervenção operária na cidade na última década do século XIX. Tese de doutoramento, 2019. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/68125>. Acesso em: 31 jan. 2023.

---

<sup>16</sup> Imagem - Fundação António Aleixo <https://fundacaoantonioaleixo.com/>

BARRETO, José. Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal (I). **Análise Social**, v. XVII, n. 66, p. 253-291, 1981.

BASTOS, António de Sousa. **Lisboa velha**. Lisboa: C.M., 1947.

BRAGA, Teófilo. Os Livros Populares Portugueses - Folhas Volantes e Literatura de Cordel. **Era Nova – Revista do Movimento Contemporâneo**, n. 1, p. 3-19, 1880. Disponível em [https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/EraNova/N01/N01\\_master/EraNova\\_N01.pdf](https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/EraNova/N01/N01_master/EraNova_N01.pdf)

COELHO, Adolfo. **Exposição Etnográfica Portuguesa**. Portugal e Ilhas Adjacentes. Lisboa: Imp. Nacional-Casa da Moeda, 1986. Disponível em: <http://books.openedition.org/etnograficapress/5446>.

COLOMA, Juan Gomis. Un emporio del Género de Cordel, Agustín Laborda y sus Menudencias de Imprenta (1743-1776). *In: Culturas del Escrito en el Mundo Occidental Del Renacimiento a la Contemporaneidad*. Madrid: Casa de Velázquez, 2015, p. 239-250.

DANTAS, Júlio. **Lisboa dos nossos avós**. Lisboa: Câmara Municipal, 1966. (Publicações culturais da Câmara Municipal de Lisboa).

ESPINHA DA SILVEIRA, Luís; ALVES, Daniel; LIMA, Nuno Miguel; *et al.* Caminhos de ferro, população e desigualdades territoriais em Portugal, 1801-1930. **Ler História**, n. 61, p. 7-37, 2011.

FERREIRA, Ezequiel. Biografia. *In: Inéditos / António Aleixo*. Loulé: Vitalino Martins Aleixo, 1978.

FIGUEIREDO, Manuel. **Theatro de Manuel de Figueiredo, Lisboa, 1804-1810**. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <https://purl.pt/11977>. Acesso em: 30 jan. 2024.

GUIMARÃES, J. Ribeiro. **Summario de varia historia**. [Lisboa]: Rolland & Semiond [distrib.], 1872. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/100530979>.

L'ÉVÊQUE, Henri. **Costume of Portugal**. Londres: Colnaghi & Co, 1814. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Costume\\_of\\_Portugal\\_\(1814\)\\_by\\_Henri\\_L%27%C3%89v%C3%AAque](https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Costume_of_Portugal_(1814)_by_Henri_L%27%C3%89v%C3%AAque). Acesso em: 21 jul. 2023.

MACPHAIL, João; LITOGRAFIA DE MANUEL LUÍS DA COSTA. **O cego pelas provincias, vendendo folhinhas &**. [Lisboa: s.n.], 1841. [Costumes Portuguezes]. Disponível em: <https://purl.pt/29740>.

MADAÏL, António Gomes da Rocha. **Trajos e costumes populares portugueses do século XIX, em litografias de Joubert, Macphail e Palhares**. Lisboa: Edição Panorama, 1968.

NOGUEIRA, Carlos. A Literatura de cordel portuguesa. **eHumanista - Journal of Iberian Studies**, v. 21, p. 195-222, 2012.

NOGUEIRA, Carlos. **Literatura de cordel portuguesa: história, teoria e interpretação**. 1ª. Lisboa: Apenas Livros, 2003.

RADICH, Maria Carlos. **Almanaque, tempos e saberes**. [Coimbra]: Centelha, 1994.

RAMADA CURTO, Diogo. Dos Livros Populares. *In: Tradições*. Joaquim Pais de Brito. Lisboa: Pomo, 1992, p. 131-147.

S.; LITOGRAFIA DE SANTOS. **Cego, vendendo folhinhas, reportorios, &tc.** [Lisboa? 1833. (Costumes Portugueses). Disponível em: <https://purl.pt/13193>.

SARAIVA, Arnaldo; VENTURA, Isabel. **Folhetos de cordel e outros da minha colecção.** Porto: Biblioteca Municipal Almeida Garrett, 2006.

**Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia - Literatura de Cordel.** Direção-Geral do Património Cultural / DGPC. Disponível em:

<[http://bibliotecas.patrimoniocultural.pt/Opac/Pages/Search/Results.aspx?SearchText=Cordel&Operator=AND&Profile=Default&DataBase=10171\\_BMNARQ\\_LIT](http://bibliotecas.patrimoniocultural.pt/Opac/Pages/Search/Results.aspx?SearchText=Cordel&Operator=AND&Profile=Default&DataBase=10171_BMNARQ_LIT). Acesso em: 1 jul. 2023.

**Inquérito industrial de 1890,** Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria, Direcção Geral do Commercio e Industria. [s.l.]: IN, 1891.